



# Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020

## Índice

Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo .....	7
1. Identificação da Entidade .....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	8
3.1. Bases de Apresentação.....	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	11
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	12
6. Ativos Intangíveis.....	13
7. Empréstimos Obtidos .....	13
8. Inventários .....	14
9. Rédito.....	14
10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	15
11. Benefícios dos empregados.....	15
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
13. Outras Informações .....	16
13.1. Investimentos Financeiros.....	16
13.2. Créditos a receber .....	16
13.3. Diferimentos .....	17
13.4. Outros ativos correntes .....	17
13.5. Caixa e depósitos bancários .....	18
13.6. Fundos Patrimoniais .....	18
13.7. Fornecedores.....	18
13.8. Estado e Outros Entes Públicos .....	18
13.9. Outros passivos correntes .....	19
13.10.Fornecimentos e serviços externos .....	19
13.11.Outros rendimentos .....	19
13.12.Outros gastos.....	20
13.13.Resultados Financeiros .....	20
13.14.Acontecimentos após data de Balanço .....	21

## Balanço

### Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	12 133 980,81	12 199 279,90
Bens do património histórico e cultural	5	391 182,69	391 182,69
Ativos intangíveis	6	25 936,33	-
Investimentos financeiros	13.1	124 228,99	140 103,18
Outros créditos e ativos não correntes	13.4	180 949,95	180 949,95
Subtotal		12 856 278,77	12 911 515,72
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	159 242,48	71 535,89
Créditos a receber	13.2	315 655,43	319 772,98
Estado e outros Entes Públicos	13.8	29 843,53	20 945,63
Diferimentos	13.3	39 906,75	41 147,09
Outros ativos correntes	13.4	546 232,37	405 390,49
Caixa e depósitos bancários	13.5	1 547 170,09	1 682 049,39
Subtotal		2 638 050,65	2 540 841,47
<b>Total do Ativo</b>		<b>15 494 329,42</b>	<b>15 452 357,19</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	13.6		
Fundos		236 126,99	236 126,99
Reservas		8 189 427,37	8 189 427,37
Resultados transitados		222 028,08	337 667,33
Excedentes de revalorização	5	660 901,56	715 188,42
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais		3 725 454,06	3 630 023,51
Resultado Líquido do período		(591 528,94)	(91 285,76)
<b>Total do fundos patrimoniais</b>		<b>12 442 409,12</b>	<b>13 017 147,86</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	7	1 037 178,63	798 251,09
Subtotal		1 037 178,63	798 251,09
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13.7	341 322,42	305 694,15
Estado e outros Entes Públicos	13.8	164 049,34	149 745,50
Financiamentos obtidos	7	311 007,22	158 275,03
Diferimentos	13.3	41 443,45	83 919,05
Outros passivos correntes	13.9	1 156 919,24	939 324,51
Subtotal		2 014 741,67	1 636 958,24
<b>Total do passivo</b>		<b>3 051 920,30</b>	<b>2 435 209,33</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>15 494 329,42</b>	<b>15 452 357,19</b>

Castelo Branco, 19 de Maio 2021  
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

### Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	9	4 727 247,86	4 906 282,38
Subsídios, doações e legados à exploração	10	3 263 906,17	2 963 656,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1 109 693,44)	(958 759,17)
Fornecimentos e serviços externos	13.10	(1 346 998,78)	(1 379 321,16)
Gastos com o pessoal	11	(6 494 808,14)	(6 051 556,88)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2e13.4	(873,54)	2 800,77
Aumentos/reduções de justo valor	13.4	3 844,49	3 920,45
Outros rendimentos	13.11	793 212,86	787 483,91
Outros gastos	13.12	(115 519,06)	(47 000,32)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(279 681,58)</b>	<b>227 506,90</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(301 322,32)	(306 365,61)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(581 003,90)</b>	<b>(78 858,71)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	2 191,14	3 370,82
Juros e gastos similares suportados	13.13	(12 716,18)	(15 797,87)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(591 528,94)</b>	<b>(91 285,76)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(591 528,94)</b>	<b>(91 285,76)</b>

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Alterações no exercício de 2019:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	236 126,99	8 189 427,37	613 470,17	463 686,72	3 861 715,69	(442 791,85)	12 921 635,09	-	12 921 635,09
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Realização do excedente de revalorização de AFT's e AFI's	13.6			21 991,73	(21 991,73)			-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.6			(297 794,57)	273 493,43	(274 201,34)	442 791,85	144 289,37	-	144 289,37
	2	-	-	(275 802,84)	251 501,70	(274 201,34)	442 791,85	144 289,37	-	144 289,37
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3						(91 285,76)	(91 285,76)		(91 285,76)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4=2+3						351 506,09	53 003,61		53 003,61
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>										
Subsídios, doações e legados	13.6					42 509,16		42 509,16		42 509,16
	5	-	-	-	-	42 509,16	-	42 509,16	-	42 509,16
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019</b>	i=1+2+3+4	<b>236 126,99</b>	<b>8 189 427,37</b>	<b>337 667,33</b>	<b>715 188,42</b>	<b>3 630 023,51</b>	<b>(91 285,76)</b>	<b>13 017 147,86</b>	<b>-</b>	<b>13 017 147,86</b>

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Alterações no exercício de 2020:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	236 126,99	8 189 427,37	337 667,33	715 188,42	3 630 023,51	(91 285,76)	13 017 147,86	-	13 017 147,86
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Realização do excedente de revalorização de AFT's e AFI's	13.6			673,47	(673,47)			-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13.6			(116 312,72)	(53 613,39)	(115 215,19)	91 285,76	(193 855,54)		(193 855,54)
	2	-	-	(115 639,25)	(54 286,86)	(115 215,19)	91 285,76	(193 855,54)		(193 855,54)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3						(591 520,60)	(591 520,60)		(591 520,60)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4=2+3						(500 234,84)	(785 376,14)		(785 376,14)
Subsídios, doações e legados	13.6					210 645,74		210 645,74		210 645,74
	5	-	-	-	-	210 645,74	-	210 645,74	-	210 645,74
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020</b>	i=1+2+3+4	<b>236 126,99</b>	<b>8 189 427,37</b>	<b>222 028,08</b>	<b>660 901,56</b>	<b>3 725 454,06</b>	<b>(500 234,84)</b>	<b>12 442 417,46</b>	<b>-</b>	<b>12 442 417,46</b>

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

### Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		4 900 527,34	5 222 616,73
Recebimentos de subsídios	10	3 261 236,04	2 949 720,53
Recebimentos de bolsas	10	8 642,64	8 517,73
Pagamento a fornecedores		(2 651 512,90)	(2 555 895,14)
Pagamentos ao pessoal		(6 500 984,28)	(6 128 782,84)
Caixa gerada pelas operações		(982 091,16)	(503 822,99)
Outros recebimentos/pagamentos		169 428,44	271 005,50
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(812 662,72)	(232 817,49)
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	(262 167,40)	(127 099,60)
Investimentos financeiros	13.1	(24 378,99)	(20 794,69)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	538 933,05	523 520,00
Subsídios ao investimento	13.6	18 000,00	7 309,16
Juros e rendimentos similares	13.13	3 501,43	6 462,62
Dividendos	13.11	169,10	169,10
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		274 057,19	389 566,59
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	7	550 000,00	-
Doações	10	24 782,40	35 200,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	7	(158 340,27)	(155 653,60)
Juros e gastos similares	13.13	(12 715,90)	(15 797,75)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		403 726,23	(136 251,35)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		(134 879,30)	20 497,75
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		1 682 049,39	1 661 551,64
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>1 547 170,09</b>	<b>1 682 049,39</b>

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Anexo

### Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa ao longo dos exercícios objeto aqui de reporte.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros.

#### 1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede em Rua Bartolomeu da Costa, na cidade de Castelo Branco.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, fundada da no ano de 1514, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais e de saúde na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s (entre outros):

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 86906 Outras actividades de saúde humana, n.e.
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 88990 Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.

#### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2019 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura que já era o SNC-ESNL, não originando, a adoção em 2020 da presente versão do SNC-ESNL, quaisquer diferenças relevantes nas demonstrações financeiras, pelo que se verifica boa comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 2020 e 2019.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Outros ativos e passivos correntes*” (Notas 12.4 e 12.9) e “*Diferimentos*” (Nota 12.3)

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes da mesma.

##### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

##### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

##### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

#### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

##### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa



inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” (Nota 12.11) e/ou “*Outros gastos*” (Nota 12.12).

### 3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis

### 3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (que acompanham os bens do ativo fixo tangível que lhes estão subjacentes).

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	8

**3.2.4. Inventários**

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Os bens de inventário produzidos internamente (normalmente produtos hortícolas e frutas) são valorizados ao preço de custo de aquisição do artigo/produto equivalente, como se tivessem sido adquiridos externamente.

**3.2.5. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.7. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

No caso dos “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

*“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.9. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” em contrapartida da rubrica de “Outros Ativos Correntes”, na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “Outros Ativos Correntes” (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação e é reconhecida na rubrica “Outros Rendimentos” (a crédito) em contrapartida da rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de “Outros Passivos Correntes”.

## **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2019, não ocorreram quaisquer movimentos nesta tipologia de bens:

31 de Dezembro de 2019						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
<b>CUSTO / VALORIZAÇÃO</b>						
Bens imóveis	292 422,22	-	-	-	-	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	10 355,76	-	-	-	-	10 355,76
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	88 404,71	-	-	-	-	88 404,71
Esculturas	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>391 182,69</b>	-	-	-	-	<b>391 182,69</b>

Igualmente, no período de 2020, não ocorreram quaisquer movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”, tal como se pode verificar pelo quadro seguinte:

31 de Dezembro de 2020						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
<b>CUSTO / VALORIZAÇÃO</b>						
Bens imóveis	292 422,22	-	-	-	-	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	10 355,76	-	-	-	-	10 355,76
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	88 404,71	-	-	-	-	88 404,71
Esculturas	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>391 182,69</b>	-	-	-	-	<b>391 182,69</b>

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram resumidas nos seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2019						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2019
<b>CUSTO / VALORIZAÇÃO</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 947 878,95	8 425,00	(50 140,26)	-	57 119,36	2 963 283,05
Edifícios e outras construções	9 142 924,85	25 275,00	(150 420,76)	111 954,28	171 358,08	9 301 091,45
Equipamento básico	1 934 838,07	15 805,71	-	7 433,65	-	1 958 077,43
Equipamento de transporte	473 146,62	14 250,00	-	-	-	487 396,62
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	299 169,09	280,72	-	-	-	299 449,81
Outros Ativos fixos tangíveis	383 939,10	2 576,51	-	-	-	386 515,61
Ativos fixos tangíveis em curso	242 545,66	122 425,17	-	(119 387,93)	-	245 582,90
<b>Total Custo</b>	<b>15 424 442,34</b>	<b>189 038,11</b>	<b>(200 561,02)</b>	-	<b>228 477,44</b>	<b>15 641 396,87</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	601 206,63	187 510,79	(17 454,30)	-	-	771 263,12
Equipamento básico	1 555 765,66	76 311,84	-	-	-	1 632 077,50
Equipamento de transporte	421 425,29	20 734,44	-	-	-	442 159,73
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	286 584,88	4 744,82	-	-	-	291 329,70
Outros Ativos fixos tangíveis	288 223,20	17 063,72	-	-	-	305 286,92
<b>Total Depreciações</b>	<b>3 153 205,66</b>	<b>306 365,61</b>	<b>(17 454,30)</b>	-	-	<b>3 442 116,97</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>12 271 236,68</b>	<b>(117 327,50)</b>	<b>(183 106,72)</b>	-	<b>228 477,44</b>	<b>12 199 279,90</b>

Durante o período de referência do presente documento (2020) ocorreram diversas aquisições de bens para quase todas as rubricas de ativos, bem como algumas reclassificações de ativos fixos tangíveis em curso, para ativos tangíveis e intangíveis, efetivos e depreciáveis, bem como foram ainda desconhecidos 12.773,58 € (para gastos) uma vez que deixaram de cumprir os critérios para capitalização como ativos (ver nota 13.12).

Ocorreram também algumas alienações de bens, nomeadamente alguns imóveis, cujos valores contabilísticos estão refletidos na coluna de “abates”.

Foram ainda calculadas e reconhecidas as depreciações nos termos legais aplicáveis e segundo as taxas que constam do DR.25/2009, em função dos anos de vida útil esperada para cada um dos bens. Tal como nos exercícios económicos anteriores, continuou-se a aplicar a metodologia dos duodécimos no cálculo das depreciações.

De seguida, apresenta-se o quadro resumo dos movimentos ocorridos em 2020:

Descrição	31 de Dezembro de 2020					Saldo em 31-Dez-2020
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>CUSTO / VALORIZAÇÃO</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 963 283,05	11 540,00	(40 066,05)	-	(20 340,00)	2 914 417,00
Edifícios e outras construções	9 301 091,45	36 821,70	(120 198,16)	-	(58 300,35)	9 159 414,64
Equipamento básico	1 958 077,43	380 450,34	-	16 227,00	-	2 354 754,77
Equipamento de transporte	487 396,62	18 400,00	(10 205,09)	-	-	495 591,53
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	299 449,81	7 724,61	-	-	-	307 174,42
Outros Ativos fixos tangíveis	386 515,61	4 742,94	-	-	-	391 258,55
Ativos fixos tangíveis em curso	245 582,90	54 611,20	(1 845,00)	(55 209,91)	-	243 139,19
<b>Total Custo</b>	<b>15 641 396,87</b>	<b>514 290,79</b>	<b>(172 314,30)</b>	<b>(38 982,91)</b>	<b>(78 640,35)</b>	<b>15 865 750,10</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	771 263,12	187 139,06	(1 086,82)	-	(146,63)	957 168,73
Equipamento básico	1 632 077,50	74 925,35	-	-	-	1 707 002,85
Equipamento de transporte	442 159,73	17 451,14	(10 163,55)	-	-	449 447,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	291 329,70	4 967,56	-	-	-	296 297,26
Outros Ativos fixos tangíveis	305 286,92	16 566,21	-	-	-	321 853,13
<b>Total Depreciações</b>	<b>3 442 116,97</b>	<b>301 049,32</b>	<b>(11 250,37)</b>	<b>-</b>	<b>(146,63)</b>	<b>3 731 769,29</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>12 199 279,90</b>	<b>213 241,47</b>	<b>(161 063,93)</b>	<b>(38 982,91)</b>	<b>(78 493,72)</b>	<b>12 133 980,81</b>

## 6. Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

Em 2020, foram pela primeira vez reconhecidos Ativos Intangíveis, no montante global 26.209,33 €, por transferência (reclassificação) da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em curso”.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram resumidas no seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2020					Saldo em 31-Dez-2020
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>CUSTO</b>						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	26 209,33	-	26 209,33
<b>Total Custo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26 209,33</b>	<b>-</b>	<b>26 209,33</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>						
Projectos de Desenvolvimento	-	273,00	-	-	-	273,00
<b>Total Depreciações</b>	<b>-</b>	<b>273,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>273,00</b>
<b>Total Ativos Intangíveis</b>	<b>-</b>	<b>(273,00)</b>	<b>-</b>	<b>26 209,33</b>	<b>-</b>	<b>25 936,33</b>

Estes ativos são constituídos unicamente pelo valor dos projetos de desenvolvimento realizados e utilizados para a realização dos investimentos em equipamentos básicos (renovação dos ERPI's).

## 7. Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Durante o ano 2020 foram contratualizadas 2 novas operações financeiras para fazer face às necessidades de tesouraria (de forma a evitar constrangimentos decorrentes dos efeitos da pandemia COVID19) e para auxílio nos investimentos em execução. Essas operações revestiram a forma de um Crédito a 7 anos com o capital inicial de 500.000 € e de uma Conta Cauçionada com o limite de 150.000 €.

No final do ano, as duas operações estavam utilizadas, pelo valor limite da Conta Cauçionada e pelo valor de 400.000 € no caso do Crédito.

Em 31 de Dezembro de 2020, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	161 007,22	1 037 178,63	1 198 185,85	158 275,03	798 251,09	956 526,12
Loações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	150 000,00	-	150 000,00	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>311 007,22</b>	<b>1 037 178,63</b>	<b>1 348 185,85</b>	<b>158 275,03</b>	<b>798 251,09</b>	<b>956 526,12</b>

## 8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 218,15	968 076,91	-	71 535,89	1 197 400,03	-	159 242,48
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>62 218,15</b>	<b>968 076,91</b>	<b>-</b>	<b>71 535,89</b>	<b>1 197 400,03</b>	<b>-</b>	<b>159 242,48</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				958 759,17			1 109 693,44
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” se desdobra da seguinte forma:

Matérias consumidas:	2020	2019
Géneros alimentares	743 147,51	690 612,26
Prod. higiene pessoal dos utentes	100 544,56	71 727,00
Material de penso e consumo	98 407,45	46 807,70
Medicamentos	44 256,06	59 586,18
Fraldas	98 473,96	79 117,94
Outras matérias consumidas	24 863,90	10 908,09
<b>Total</b>	<b>1 109 693,44</b>	<b>958 759,17</b>

Verificaram-se diversas variações, em diferentes sentidos, pois algumas das rubricas viram o seu valor aumentar (p.ex. géneros alimentares) principalmente devido ao aumento de preços verificado nos produtos durante (e após) a pandemia COVID19.

As rubricas relacionadas com os produtos de higiene pessoal, material clínico, pensos, consumo e ainda outras matérias consumidas (descartáveis) viram o seu valor subir significativamente, pois a necessidade destas matérias disparou com a implementação das medidas de combate e prevenção da pandemia COVID19.

Existem, no entanto, outras rubricas cujo valor reduziu, normalmente as maioritariamente relacionadas com o cada vez mais intenso funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, em grande parte, devido a um trabalho de inventariação (no final do exercício) cada vez mais abrangente e completo.

## 9. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	15 919,00	7 617,68
Prestação de Serviços	4 711 328,86	4 898 664,70
Quotas dos utilizadores	4 695 391,86	4 877 074,70
Quotas e Jóias	7 107,00	9 765,00
Serviços Secundários	8 830,00	11 825,00
<b>Total</b>	<b>4 727 247,86</b>	<b>4 906 282,38</b>

## 10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A maioria, de todos estes subsídios à exploração, são reconhecidos no momento do seu recebimento, com exceção daqueles cujos gastos a que se destinam a compensar são devidamente conhecidos e diretamente atribuíveis. Nestes casos, estes rendimentos são reconhecidos (se possível) no exercício em que ocorreu efetivamente o respetivo gasto, independentemente da sua data de recebimento.

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
<b>Subsídios e Apoios do Governo</b>		
Acordos Segurança Social - Infância	955 564,05	907 542,40
Acordos Segurança Social - Família	13 435,00	16 015,00
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	1 977 089,42	1 880 684,92
Acordos Segurança Social - Serv. Emergência	1 038,36	3 863,73
RLIS - SAAS	129 572,04	113 642,68
IFAP - Apoios Agrícolas	1 072,43	858,09
POISE - Portugal 2020	32 979,56	35 207,90
IEFP - Medidas Apoio Emprego	10 452,65	4 055,65
ISS - Medidas COVID	19 355,28	-
CMCB - Apoio COVID	85 450,00	-
<b>Subsídios de outras entidades</b>	13 114,98	-
<b>Doações, Heranças e Legados</b>	24 782,40	1 786,55
<b>Total</b>	<b>3 263 906,17</b>	<b>2 963 656,92</b>

Durante o ano 2020 verificou-se o encerramento de todos os processos de pedido de reembolso da medida denominada como “RLIS” tendo resultado que dos valores reconhecidos nesta rubrica, durante os anos anteriores excederam em 36.492,09 € os reembolsos efetivamente obtidos. Assim, de forma a regularizar as contas correntes desta medida, foi reconhecido o montante antes referido na rubrica de gastos de anos anteriores (ver nota 13.12).

De forma a reduzir o impacto dos gastos extraordinários com o combate e prevenção da pandemia COVID19 foram reconhecidos subsídios no montante total de 104.805,28 €.

## 11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2020 e 2019, foi respetivamente, de 13 membros, sendo na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, a seguinte:

### Mesa da Assembleia Geral

- Manuel Duarte Cardoso Martins – Presidente
- João Paulo Martins Infante P. Benquerença – Vice-Presidente
- Armindo Marques Matias – Secretário

### Mesa Administrativa

- José Augusto Rodrigues Alves – Provedor
- João Fernando Goulão Pinto – Vice-Provedor
- Fátima Maria Monteiro dos Santos Almeida – Secretária
- Carlos Joaquim Duarte R. Ribeiro – Tesoureiro
- Maria de Lourdes C.M. Ramalho Eanes – Vogal
- Adelino José Caio Minhós – Vogal
- João Manuel Silva Salvado - Vogal

### Definitório ou Conselho Fiscal

- Jorge Manuel Vieira Neves – Presidente
- Alfredo da Silva Correia – Vice-Presidente
- Emílio Manuel Gonçalves Ferro – Secretário



Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Pessoas ao Serviço	Média 2019	Média 2020	Dezembro 2020
Colaboradores P/ Conta Outrem	480	503	520
Colaboradores Independentes	23	19	16
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>522</b>	<b>536</b>

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	5 193 835,20	4 853 830,52
Indemnizações	13 955,17	13 143,95
Encargos sobre as Remunerações	1 155 076,18	1 083 552,48
Seguros de Acidentes de Trabalho	106 373,57	87 883,33
Outros Gastos com o Pessoal	25 568,02	13 146,60
<b>Total</b>	<b>6 494 808,14</b>	<b>6 051 556,88</b>

## 12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	11 458,50	54 406,29
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Investimentos noutras empresas	1 746,00	1 746,00
Outros investimentos financeiros	111 024,49	83 950,89
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>124 228,99</b>	<b>140 103,18</b>

Com as finalidades de exploração, aproveitamento e beneficiação do património rustico da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, continua a ser detida a 100 % a sociedade por quotas “Dança Estival – Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda.”, cujo valor é reconhecido/atualizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido neste exercício reconhecidos, para além dos resultados (- 39.079,80 €), os valores referentes a outras rubricas de capital próprio da participada (nomeadamente imputação de subsídios ao investimento - 3.867,99) por contrapartida da classe 57 dos capitais próprios desta instituição.

### 13.2. Créditos a receber

Rubrica constituída por Clientes e Utentes e outros créditos a receber:

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:



Descrição	2020	2019
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Cientes	227 911,01	251 767,12
Utentes	83 285,04	67 311,34
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	944,13	944,13
Utentes	41 553,34	40 943,66
<b>Perdas por Imparidade</b>		
Cientes	(944,13)	(944,13)
Utentes	(37 093,96)	(40 249,14)
Outros		
<b>Total</b>	<b>315 655,43</b>	<b>319 772,98</b>

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, foram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Cientes	-	-
Utentes	(3 155,18)	493,43
<b>Total</b>	<b>(3 155,18)</b>	<b>493,43</b>

### 13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Rendas pagas antecipadamente	507,19	533,85
Seguros	28 513,31	31 156,05
Fornecimentos e serviços externos	10 886,25	9 457,19
<b>Total</b>	<b>39 906,75</b>	<b>41 147,09</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Rendas faturadas antecipadamente	9 280,05	9 683,25
Prestações de Serviços	96,77	871,21
Subsídios à exploração	32 066,63	73 364,59
<b>Total</b>	<b>41 443,45</b>	<b>83 919,05</b>

### 13.4. Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os seguintes valores a receber e/ou investidos:

Descrição	2020	2019
<b>"Devedores diversos"</b>		
Adiantamentos ao pessoal	1 908,80	3 346,74
Devedores por acréscimos de rendimentos	142 317,82	49 572,81
Subsídios à exploração contratados	68 785,23	266 875,94
Inquilinos (rendas)	78 190,93	74 022,50
Subsídios ao investimento contratados	161 100,72	-
Outros devedores	86 343,03	39 944,43
Perdas por imparidade (rendas)	(60 057,13)	(56 573,14)
Contas Correntes de Associadas	39 073,42	781,54
Adiantamentos a fornecedores	17 942,86	17 942,86
<b>"Investimentos Financeiros" correntes</b>		
FRSS - Fundo Reestrut. Setor Solidário	5 037,85	5 037,85
Ações CEMG (Montepio Geral)	1 000,00	1 000,00
Ações E.D.P. - Energias de Portugal, S.A.	4 588,84	3 438,96
<b>Total</b>	<b>546 232,37</b>	<b>405 390,49</b>

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, podem detalhar-se assim:

Descrição	2020	2019
Outros Devedores (Rendas)	(3 483,99)	-
<b>Total</b>	<b>(3 483,99)</b>	<b>-</b>

Mantiveram-se todos os investimentos financeiros já anteriormente detidos.

Para os títulos foram realizados os testes de justo valor adequados e se o custo de aquisição/valorização for diferente do justo valor dos ativos líquidos tendo como referência a sua cotação em 31/12/2020, a diferença foi reconhecida diretamente em resultados do período, como aumentos ou reduções por justo valor.

Para além dos ativos correntes antes referidos, existem também alguns outros ativos de natureza **não corrente**. Nestes, não ocorreu qualquer variação no seu valor, mantendo-se o empréstimo concedido à associada “Dança Estival, Lda.”, no valor de 179.000,00 € e a carteira de Certificados de Renda Perpétua no valor de 1.949,95 €.

### 13.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	4 100,45	4 223,36
Depósitos à ordem	143 069,64	436 826,03
Depósitos a prazo	1 400 000,00	1 241 000,00
<b>Total</b>	<b>1 547 170,09</b>	<b>1 682 049,39</b>

### 13.6. Fundos Patrimoniais

À semelhança dos anos anteriores, também em 2020, para além das habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior, do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento cujos ativos se encontram em utilização / depreciação, foram ainda reconhecidos / desreconhecidos alguns valores contratualizados para reforço ou redução de subsídios de investimento, bem como reclassificados alguns valores de revalorizações e doações para resultados (em virtude da alienação dos bens do ativo diretamente afectos).

Assim, nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	236 126,99	-	-	236 126,99
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	8 189 427,37	-	-	8 189 427,37
Resultados transitados	337 667,33	673,47	(116 312,72)	222 028,08
Excedentes de revalorização	715 188,42	-	(54 286,86)	660 901,56
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 630 023,51	210 645,74	(115 215,19)	3 725 454,06
<b>Total</b>	<b>13 364 426,94</b>	<b>211 319,21</b>	<b>(285 814,77)</b>	<b>13 289 931,38</b>

### 13.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	341 322,42	305 694,15
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>341 322,42</b>	<b>305 694,15</b>

### 13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>ATIVO</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	29 843,53	20 945,63
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>29 843,53</b>	<b>20 945,63</b>
<b>PASSIVO</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 664,02	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	26 125,96	27 229,49
Segurança Social	131 915,19	120 494,28
Outros Impostos e Taxas	2 344,17	2 021,73
<b>Total</b>	<b>164 049,34</b>	<b>149 745,50</b>

**13.9. Outros passivos correntes**

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Pessoal</b>	<b>767,89</b>	<b>675,39</b>
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações	767,89	675,39
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>274 224,48</b>	<b>65 280,38</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>840 209,07</b>	<b>795 778,67</b>
<b>Cauções de outras entidades</b>	<b>9 400,50</b>	<b>13 900,50</b>
<b>Outros credores</b>	<b>29 317,30</b>	<b>58 189,57</b>
<b>Adiantamentos de clientes</b>	<b>3 000,00</b>	<b>5 500,00</b>
<b>Total</b>	<b>1 156 919,24</b>	<b>939 324,51</b>

**13.10. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição desta rubrica nos períodos 2020 e de 2019, foi a seguinte

Descrição	2020	2019
Subcontratos	18 525,30	21 750,00
Serviços especializados	666 365,96	572 757,29
Materiais	84 847,41	98 796,45
Energia e fluidos	435 717,46	471 162,00
Deslocações, estadas e transportes	834,93	4 610,01
Serviços diversos (*)	140 707,72	210 245,41
Limpeza, higiene e conforto	43 867,41	105 338,53
Comunicação	35 622,60	39 813,15
Rendas e alugueres	41 211,60	41 980,96
<b>Total</b>	<b>1 346 998,78</b>	<b>1 379 321,16</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Esta rubrica compreende um conjunto alargado de naturezas de gastos, que vão desde todos os serviços a todos os bens não considerados diretamente consumidos no normal desempenho das atividades e serviços habituais prestados pela entidade.

Verificam-se diversas variações, com sentidos distintos, mas que na globalidade resultaram numa diminuição considerável destes gastos.

As energias (eletricidade e gás para aquecimento) constituem a principal redução considerável desta rubrica, sendo responsáveis pela diminuição de um valor próximo dos 35.500,00 €.

**13.11. Outros rendimentos**

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	1 214,93	3 126,87
Descontos de pronto pagamento obtidos	129,49	1 907,01
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	169,10	169,10
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	495 067,64	428 777,13
Outros rendimentos:	296 631,70	353 503,80
Correções relativas a períodos anteriores	5 048,58	3 434,53
Imputação dos subsídios ao investimento	111 347,20	109 482,18
Reembolsos	100 083,28	92 391,45
Donativos	71 409,66	137 476,69
Outros	8 742,98	10 718,95
<b>Total</b>	<b>793 212,86</b>	<b>787 483,91</b>

Como principal variação, importa referir o considerável aumento na rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”, decorrente de uma maior realização de mais valias nas alienações de ativos fixos tangíveis (nomeadamente imóveis) tal como já havia sido referido na nota 5.

A rubrica de “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” inclui ainda uma verba considerável (112.811,98 €), decorrente das rendas faturadas aos inquilinos de diversos imóveis, cuja variação negativa ascendeu aos 7.213,97 (-6,0%).

Outra variação considerável verifica-se na rubrica dos donativos, cuja redução ultrapassou os 66.000 €.

### 13.12. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	1 068,69	1 731,10
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,60	0,35
Dividas incobráveis	5 667,09	3 066,40
Perdas em inventários		-
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. Conjuntos	39 079,80	30 163,17
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	41,54	-
Outros gastos:	69 661,34	12 039,30
Multas e Penalidades	507,20	217,75
Correções de anos anteriores	58 747,15	3 051,66
Quotizações	3 970,00	3 350,00
Outros	6 436,99	5 419,89
<b>Total</b>	<b>115 519,06</b>	<b>47 000,32</b>

São duas as rubricas que apresentam um valor mais expressivo, nomeadamente:

- 1) Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. conjuntos - decorre diretamente do reconhecimento do Resultado Líquido do Exercício de 2020 da associada “Dança Estival – Sociedade Agrícola Unip., Lda.”;
- 2) Correções de anos anteriores – o valor é relacionado basicamente com dois factos:
  - a. Durante o ano 2020 verificou-se o encerramento de todos os processos de pedido de reembolso da medida denominada como “RLIS” tendo resultado que dos valores reconhecidos durante os anos 2017, 2018 e 2019 como subsídios à exploração, superaram em 36.492,09 € os reembolsos efetivamente obtidos. Assim, de forma a regularizar as contas correntes desta medida, foi reconhecido este montante na rubrica de gastos de anos anteriores.
  - b. Foram reconhecidos 12.773,58 € nesta rubrica de gastos, provenientes da classe de Ativos Fixos Tangíveis em Curso, uma vez que aqueles bens deixaram de cumprir os critérios para capitalização como ativos. Nomeadamente por via da sua não finalização/execução pois os investimentos constavam de candidaturas a programas de apoios e incentivos que não obtiveram aprovação por parte das entidades competentes.

Todas as outras rubricas apresentam valores usuais e habituais para a Entidade, apesar do seu cariz extraordinário. Merecendo destaque a rubrica de:

- “Dívidas incobráveis” (+ 2.600,69 €) cujo aumento decorre das decisões finais após processos judiciais, em virtude da inexistência de quaisquer meios do devedor para satisfazer as dívidas;

### 13.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	12 716,18	15 797,87
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>12 716,18</b>	<b>15 797,87</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2 191,14	3 370,82
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>2 191,14</b>	<b>3 370,82</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(10 525,04)</b>	<b>(12 427,05)</b>

### 13.14. Acontecimentos após data de Balanço

Na sequência do desenvolvimento da infeção epidemiológica por COVID-19, a Mesa Administrativa elaborou um plano de contingência que inclui medidas suscetíveis de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da mesma ao nível de Pandemia.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2021.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual, a Mesa Administrativa informa que não existem indicadores de que as atividades desta entidade venham a ser afetadas, pelo que entendem que não está em causa a continuidade da instituição.

Dada a incerteza, a Mesa Administrativa não está em condições de fornecer informação económica e financeira precisa sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da instituição, sendo, no entanto, do seu conhecimento que inevitavelmente se verificarão aumentos dos gastos e reduções dos rendimentos sempre que a situação pandémica se agrava e são tomadas medidas de restrição e confinamento por parte das autoridades competentes.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 19 de Maio de 2021.

Castelo Branco, 19 de Maio de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa